



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS  
Rua das Laranjeiras, 232 - Laranjeiras - 22.240-001 - Rio de Janeiro/RJ  
Telefax: (21) 2285-5107 - e-mail: [dirge@ines.org.br](mailto:dirge@ines.org.br)

### **Ata da Quarta Reunião Ordinária do Conselho Diretor do INES**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e vinte e cinco minutos, no auditório localizado no segundo andar do edifício sede do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), deu-se início à Quarta Reunião Ordinária do Conselho Diretor do corrente ano.

**Conselheiros presentes:** Solange Maria da Rocha (Diretora-Geral e Presidente do Conselho Diretor); Alvanei Viana, Diretor substituto do Departamento de Planejamento e Administração (DEPA); Alessandra Gomes, Diretora do Departamento de Educação Básica (DEBASI); André Cordeiro, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (DDHCT); Elizabeth Serra, Diretora do Departamento do Ensino Superior (DESU); Julio Cesar A. Nobrega Deodato, representante suplente do corpo discente; Flavio Eduardo Pinto da Silva, representante do corpo docente. **Conselheiros ausentes:** Leonardo Veloso (representante dos pais/responsáveis de alunos) e sua suplente, Camila Oliveira Marinho; Henrique Castro, representante do corpo técnico-administrativo, e sua suplente, Eli Rosemar.

A Presidente inicia a Reunião Ordinária agradecendo aos conselheiros que, hoje, se despedem do Conselho Diretor, porque seu mandato encerra no início de dezembro de dois mil e vinte e três. Agradece à Comissão Eleitoral que organizou a eleição para os novos conselheiros, citando seus quatro membros: os professores do DEBASI Marcelo Silva e Ronaldo Gonçalves, o tradutor/intérprete Felipe Oliveira e o aluno do DESU Saul Rodrigues. Cita a Portaria número seiscentos e cinquenta e dois de quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, que homologou o resultado final do pleito e nomeia, parabenizando, cada um dos novos conselheiros titulares e suplentes, os quais tomarão posse na Quinta Reunião Ordinária, prevista para treze de dezembro deste ano.

Em seguida, parte para o primeiro ponto de pauta, pedido pela Diretora do DEBASI, Alessandra: apreciação da instrução normativa MGI número vinte e três de vinte e cinco de julho de dois mil e vinte e três bem como nomeação de comissão de heteroidentificação própria do INES. Elucida que o ponto é uma urgência para processos seletivos, em consonância com a normativa. Solicita que até sexta-feira, 24 de novembro, cada departamento indique dois nomes, um titular e um suplente, para compor a comissão. Tal é aprovado por unanimidade, não havendo questionamento nem discussão. A própria Alessandra se voluntaria a integrar a comissão pelo DEBASI.

Passa-se ao segundo ponto de pauta, pedido pela Diretora do DESU, Elizabeth, a saber: nomeação da comissão do processo seletivo para coordenador-geral bolsista UAB. Explica ser um cadastro de reserva e indica três servidores: o professor do Magistério Superior Gustavo de Sousa e as duas Assessoras da Direção-Geral, Giselly Peregrino e Luciane Cruz. Enfatiza que é um processo seletivo para cadastro de reserva. A proposta é aprovada por unanimidade.

O último ponto de pauta é a apreciação e votação do Regimento Interno do INES. A Presidente do Conselho Diretor, Solange Rocha, diz que vai alargar a discussão dos dois documentos elaborados no ano passado e que chegaram à gestão nomeada no corrente ano. Afirma que vai entregar ao Ministério da Educação alguns trabalhos: PDI, PDTI e Regimento Interno bem como a solicitação de autorização de um novo concurso público, formalmente, como deve ser. Com esses documentos, é que o Instituto pode efetiva e solidamente solicitar um certame.

A Presidente do Conselho Diretor atualiza que não há mais lista tríplice, porém, eleição pela comunidade escolar e envio de um nome para Direção-Geral apenas. Defende que tanto o Diretor-Geral como os diretores de departamento devem ser da ativa e da instituição, nunca externos. Traça também um perfil para cada diretor: Direção-Geral – servidor do INES, com doutorado concluído, por sermos considerados Instituição de Ensino Superior; DEBASI – professor efetivo da carreira

EBTT, com cinco anos de INES pelo menos; DESU – professor efetivo da carreira do Magistério Superior, com cinco anos de INES pelo menos e com doutorado concluído; DDHCT – servidor com cinco anos de INES pelo menos e com mestrado concluído no mínimo; DEPA – servidor técnico-administrativo de carreira de nível superior e pelo menos cinco anos de INES. Tal é aprovado por todos. O conselheiro Flavio, representante do corpo docente, pondera que os diretores do DEBASI e DESU devem ser eleitos e alega que uma comissão trabalhou em cima do Regimento Interno chegando a esse consenso e que agora a gestão não pode alterar, mas contribuir, especialmente, por ter elaborado novos documentos como PDI e PDTI. A Presidente do Conselho Diretor elucida que o próprio MEC fará ajustes no Regimento Interno também e que não é do INES a última palavra. Explica que o documento é enviado a Brasília e há um retorno do que é mantido ou não. Pretende-se enviar o melhor documento possível. A conselheira Elizabeth reafirma que diretores precisam ser do INES, pois o DESU teve a experiência de passar por interventores, pessoas externas que não tiveram boa relação com a comunidade nem tinham vivência na instituição. Também defende que os diretores do DEBASI e DESU devem ser eleitos à parte da Direção-Geral. O conselheiro Flavio pontua que é um assunto polêmico e que demandaria mais tempo de discussão. A conselheira Alessandra lembra que, há poucos anos, votava-se apenas no Diretor-Geral. Recorda também a cisão entre uma Diretora do DEBASI e uma Direção-Geral, fato que levou a obstáculos graves para todos. Realça que houve um avanço quando se passou a votar em uma chapa a partir de 2018. Reflete que houve pouca experimentação do processo da chapa, que somente existe há duas eleições. A conselheira Elizabeth pondera que desconhece instituição que, no Ensino Superior, a comunidade não eleja seu chefe imediato. Posiciona-se que a direção do DESU deve ser eleita. O Diretor do DEPA, Alvaneí Viana, sublinha que compreende sistemicamente que a dinâmica da composição de uma chapa evidencia um corpo de gestores que comungam com um plano gestor, que necessita ser seguido por todos os eleitos, concordando, assim, que se mantenha a realidade da chapa em eleições no INES. Recorda, como Alessandra, os tempos em que só se elegia o Diretor-Geral e que este escolhia os diretores, os assessores e o chefe de gabinete segundo seus próprios critérios e tão-só os revelava publicamente, muitas vezes, após eleito, o que deixava a comunidade sem saber quem integraria o corpo gestor até que este fosse explicitado pós-pleito. A Presidente do Conselho Diretor defende que se mantenha a configuração da chapa, entretanto, dialogando e consultando os pares para que chegue a nomes relevantes da comunidade escolar do Instituto. A conselheira Elizabeth argumenta que a logística para tantos pleitos é complexa, entretanto, insiste na eleição para direção do DESU. O conselheiro Flavio defende, agora, eleição para DESU, DEBASI e DDHCT, contudo, não para o DEPA, devido à parte financeira que precisa ser da confiança do Diretor-Geral. Pondera sobre o corpo gestor e ressalta que se pode votar em uma chapa e, em seguida, ela pode ser desfeita, como houve no DEBASI, com a saída do Diretor eleito para este ano. A conselheira Alessandra defende que não se deve desfazer o processo da chapa por causa de uma pessoa que tenha saído do corpo gestor e sublinha que ninguém está isento de ter problemas de cunho íntimo como, por exemplo, o ex-Diretor do DEBASI, que permaneceu no cargo por menos de um mês. Ele não foi retirado do corpo gestor, mas solicitou exoneração do cargo. A conselheira Elizabeth defende que o DESU deseja eleição direta para direção e chefias para o departamento. O conselheiro Flavio acredita que, se mudar a regra para a direção do DESU, deve mudar para a do DEBASI também. Elizabeth alerta para o regulamento do Ensino Superior e afirma que o curso de Pedagogia perde pontos se não houver gestão democrática. Cita universidades em que se elegem diretores de departamento bem como reitores. O diretor do DDHCT, André, questiona se o INES tem maturidade para esse modelo de eleição por departamentos e salienta que a chapa também faz com o que o eleitor veja os diretores de departamento, os assessores e o chefe de gabinete, considerando que há um plano gestor a ser seguido, logo, isso exige coesão dos gestores. A Presidente do Conselho Diretor frisa que o DESU teve três diretores externos, interventores. Propõe-se que se abra a votação para chapa ou eleição direta para diretores de departamento. Os conselheiros Alessandra, André e Alvaneí votam pela eleição por meio de uma chapa. Já os conselheiros Flavio e Elizabeth votam pela eleição direta de diretores de departamentos de ensino. O conselheiro Julio, representante suplente do corpo discente, se abstém. Vence, por conseguinte, a permanência da votação por chapa.

A Presidente do Conselho Diretor destaca que, em uma das versões do Regimento, afirma-se que os tradutores/intérpretes estariam lotados no DDHCT e que é preciso dialogar com a categoria antes. O coordenador Mario Missagia, na plateia, alega que esses profissionais se reuniram e concluíram que cada departamento deveria ter os próprios tradutores/intérpretes. A Presidente pontua que não é para isso constar no Regimento Interno, mas ser proposta de diálogo na comunidade entre os pares.

A Presidente do Conselho Diretor realça ainda os núcleos institucionais. Diferencia pesquisa, ensino e extensão e considera que cada docente deve preencher um PIT realmente oficial, não desconsiderando a sala de aula regular. Considera que tal como estão os núcleos não pode permanecer, mesmo entendendo a relevância do trabalho exercido por todos eles. Não se pode perder de vista o caráter suplementar dos núcleos e não se pode desconsiderar que docente EBTT ou do Magistério Superior tem sala de aula regular e um tempo a dedicar primeiramente a ela, constando em PIT.

O conselheiro André destaca que, no artigo 44 ou 46, a depender da versão do Regimento Interno, referente ao DDHCT, o nome proposto para o departamento – Departamento de Extensão, Pesquisa e Políticas Públicas – não deva ser consolidado e defende que o nome atual permaneça. Pontua que, no artigo 45 ou 47, a depender da versão do Regimento Interno, fala-se da Divisão de Convênios, à parte de coordenações, e propõe que ela entre na Coordenação de Extensão e Estágio, já que se propõem quatro coordenações, em vez de apenas uma, ao departamento. Sugere a alteração do nome para Coordenação de Extensão, Estágio e Convênio. Dentro da Divisão de Convênio e indica como atribuição a política de acordo, parceria e intercâmbio internacional também. A Presidente pontua que tudo precisa estar institucionalizado, por escrito, devidamente registrado. A conselheira Elizabeth ressalta a importância da institucionalização e internacionalização, inclusive, para a pós-graduação *stricto sensu*. André segue destacando que, no artigo 58 ou 60, a depender da versão do Regimento Interno, trata-se da Coordenação de Acervos e Divulgação Científica, englobando, pois, a questão do Acervo. No seu entender, o “Acervos” deve ser retirado do nome. No artigo 65 ou 67, solicita alteração do nome da Coordenação de Direitos Humanos e Políticas Públicas para Coordenação de Audiologia e Fonoaudiologia. Sugere que a DIEPRO se mantenha no DEBASI, não indo para o DDHCT, por estar mais alinhada com os discentes da Educação Básica.

O conselheiro Alvanei destaca que as atribuições do artigo 70 ou 72, a depender da versão do Regimento Interno, a respeito do Conselho de Planejamento, já estão contempladas no artigo anterior, na prática. Realça ainda que é necessário dialogar com a legislação – lei n.º 14133, por exemplo –, porque os dispositivos legais não podem ser feridos pelo Regimento Interno. A conselheira Elizabeth defende que se siga o que o Diretor do DEPA defende. Alvanei sugere a supressão do artigo 70 ou 72, por já estar contemplada. O coordenador Mario Missagia, mais uma vez, elucida da plateia que esse Conselho seria com representação de diferentes departamentos para dialogar e compreender as prioridades de obras, por exemplo, retirando da direção do DEPA ou do próprio corpo gestor essa responsabilidade, visto que mais servidores poderiam compor reflexões mais densas sobre as urgências, mormente em seus locais de trabalho, isto é, departamentos. A Presidente do Conselho Diretor argumenta que há atualmente uma equipe de engenheiros e um Assessor da Direção-Geral totalmente focados nisso. Afirma que o corpo gestor atual encontrou um Instituto bastante deteriorado e que o PDO – Plano Diretor de Obras – está em construção e, enquanto ele não fica pronto, a gestão vai estabelecendo as prioridades, mediante o que é nítido e apontado pelos departamentos. Realça ainda que há fiscais para contratos, não sendo nada aleatório. O conselheiro Alvanei frisa que o próprio diretor, no caso ele, já faz tudo isso. Compreende que se criar mais um rito para tão poucas pessoas no quadro do Instituto é inviável. O conselheiro André diferencia o ideal do real. Racionaliza que há várias comissões permanentes e que não há tantas pessoas para isso, acabando por recair nos mesmos servidores várias atribuições, o que os sobrecarrega e pode levar ao adoecimento. Defende que a ideia do Conselho é descentralizar as decisões, sem personalizar, sem temporalizar. Dirigindo-se ao Alvanei, alega que o conceito é descentralizar as decisões com a participação de todos os departamentos, no entanto, entende que se criar mais um rito é pesado de fato. O conselheiro Alvanei defende que, em Administração, tudo é realizado com prazos, em um cenário de várias demandas. Trata da dinâmica, do aspecto legal e de ser mais um rito, envolvendo pessoas outras em um cenário de prazos apertados que devem ser respeitados. Conciliar horários para reunir vários servidores já é

por si só complexo para se manter um Conselho nos moldes do apresentado. A conselheira Elizabeth concorda que a descentralização é interessante, contudo, pensa que a realidade não se deve adaptar ao que se deseja. Pretende-se o contrário com o documento. Defende que o que é prioridade é uma escolha também. Porém, concorda com Alvanei, porque ele é o diretor que entende desses ritos. Todos acompanham o Diretor do DEPA.

A conselheira Alessandra destaca algumas questões pontuais: trata da DIFON e realça que atendimento não deve ser ofertado na Educação Básica. A fonoaudiologia educacional deveria permanecer no DEBASI, ao passo que o atendimento deveria ir para o DDHCT. A Presidente do Conselho Diretor alerta que há uma demanda dos pais/responsáveis a respeito disso e que há um pedido por fonoaudiologia educacional e, simultaneamente, por atendimento clínico. A coordenação, fora da escola, no DDHCT, seria de Audiologia e Fonoaudiologia, mas não deveria ser no horário regular de aulas. Alessandra sublinha, em sintonia com o conselheiro André, que a DIEPRO deve permanecer no DEBASI, não indo ao DDHCT. O conselheiro Julio ressalta que a DIEPRO já ofereceu cursos, porém, atualmente, parece confusa. Destaca que é preciso conscientizar a Divisão sobre como atender o surdo. Alessandra destaca a presença, na plateia, da coordenadora da COAE, Violeta Porto, que está atenta ao que ele traz como demanda. Ressalta que a DIMO precisa ter parceria com o DEPA, incluindo perícia médica, saúde escolar, atendimento, comissão de ingresso. Propõe-se que a DIMO permaneça no DEBASI, mas se pretende buscar cooperação com o DEPA para perícias. Defende que a COAPP deve ser mantida e não extinta. O conselheiro Flavio traz à tona a reflexão de coordenações por segmento. Sugere que se mantenham as coordenações por segmento e que um diretor adjunto, por exemplo, fizesse o que é hoje a coordenadora da COAPP, mas não se deveria centralizar em apenas um coordenador pedagógico todas as demandas da escola, ainda que, recentemente, existam os chamados “coordenadores administrativos”. A Diretora do DEBASI fala que houve consulta aos docentes representantes de equipes em reunião de COAPP a respeito disso e o conselheiro Flavio argumenta, por outro lado, que o problema é precisamente este: um orientador pedagógico é um multiplicador e o coordenador pedagógico acaba só registrando tudo que ocorre em uma escola inteira, da Educação Infantil ao Ensino Médio, sem conseguir dar conta de cada demanda por segmento. Alessandra trata ainda da Coordenação de Inclusão, que, na verdade, deve ser uma Comissão de Diversidade e Inclusão, permanente e propositiva. Mantém seis coordenações no DEBASI. Fala ainda do AEE como serviço transversal aos segmentos com os docentes coordenados pela COAE.

A Diretora substituta do DESU, Yrlla, propõe a permanência da Coordenação Pedagógica no ensino superior. Propõe ainda a inclusão da Coordenadoria de Educação a Distância e a alteração do nome do departamento para Departamento de Educação Superior, abarcando ensino, pesquisa e extensão.

A Presidente do Conselho Diretor afirma que divergências há sempre, mas não deve haver guerras internas, já que há tantos outros conflitos externos que nos deixam estarrecidos diariamente. No INES, deveria haver uma conciliação mesmo com divergentes pontos de vista.

A Presidente concede, então, um tempo para que os conselheiros atuais, eleitos há dois anos, se despeçam do Conselho Diretor, já que seu mandato se encerra em primeiro de dezembro deste ano. Agradece a cada um deles pela parceria no Conselho durante dois mil e vinte e três. O conselheiro Flavio, representante do corpo docente, agradece os colegas presentes, lembra o período da pandemia com a ausência de reuniões, o que se tornou um tempo difícil para tomada de decisões. Frisa as inúmeras reuniões extraordinárias que havia até o ano passado e destaca que se devem realmente cessar brigas internas, sejam políticas ou não. Argumenta que os conselheiros trabalham junto com a gestão. Espera que os próximos conselheiros recém-eleitos façam o INES crescer, divulgando tudo que é feito. A conselheira Aline, representante do corpo discente, que chegou atrasada e não compôs a mesa, realça que é relevante focar na interação de surdos e ouvintes, sem conflitos, e agradece a oportunidade de ter sido conselheira. Diz que está no último período da graduação em Pedagogia e que, por isso, não pôde recandidatar-se para tentar permanecer no Conselho Diretor. O conselheiro Julio Cesar, suplente da representante dos discentes, afirma que gostou muito da participação, mesmo tendo sido esta sua única chance.

Sem mais considerações, a reunião se encerra às dezesseis horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três. Para constar, eu, Giselly dos Santos Peregrino, Secretária do Conselho Diretor, designada pela portaria número cento e doze de oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, lavrei a presente ata que, depois de lida e submetida à aprovação, será por mim subscrita e por quem de direito assinada.

Secretária do Conselho Diretor do INES: \_\_\_\_\_

Presidente do Conselho Diretor e Diretora-Geral do INES: \_\_\_\_\_

Direção do DEBASI: \_\_\_\_\_

Direção do DEPA: \_\_\_\_\_

Direção do DDHCT: \_\_\_\_\_

Direção do DESU: \_\_\_\_\_

Representante do corpo discente: \_\_\_\_\_

Representante do corpo docente: \_\_\_\_\_

Representante do corpo técnico-administrativo: -----F-----

Representante dos pais/responsáveis de alunos: -----F-----

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2023.